

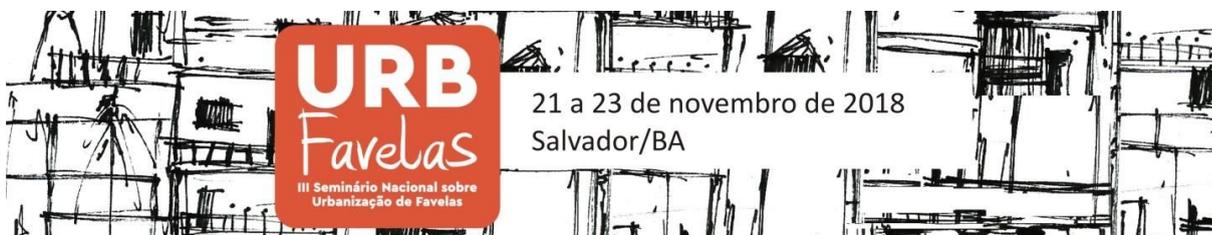


Ocupação Vila Soma: contra-racionalidades de um lugar potente e socialmente construído

RESUMO: Os casos de resistência e violação ao direito à moradia é prática constante nas cidades brasileiras, mesmo após a aprovação do Estatuto da Cidade e todos os avanços arduamente conseguidos em direção à regularização dos assentamentos populares com a luta pela Reforma Urbana. Em Sumaré, interior do estado de São Paulo, a ocupação Vila Soma iniciada em 2012 é um caso emblemático de luta para a implementação do direito à moradia. Tendo como premissa a necessidade de entendimento dos processos de ocupação por moradia como passo fundamental de seu reconhecimento, este artigo tem como objetivo sistematizar e visibilizar a Ocupação Vila Soma, a partir da leitura de suas contra-racionalidades. Teoricamente, o trabalho discute brevemente o contexto da luta pela moradia no Brasil e se apoia em aspectos da leitura social e material do território como estratégia de reconhecimento de lugar construído pela luta diária e constante pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Ocupação Vila Soma, direito à moradia, contra-racionalidades

MR-1: Políticas e Financiamento de Urbanização de Favelas, Bairros e Assentamentos



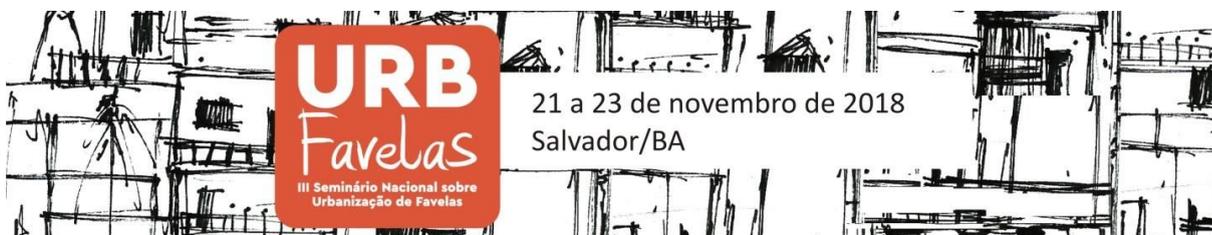
1. SEM LUGAR PARA MORAR

A moradia é uma questão central na vida de todas as pessoas, estando intrinsecamente ligada aos outros direitos humanos. Sem um local adequado para se morar, manter a educação e o emprego tornam-se tarefas penosas, a saúde é comprometida e a participação social é impedida (OSÓRIO, 2004). Como conta Dagnino (1994, p. 70), lembrada por Paterniani (2016), a “ausência de lugar físico contribui para desvelar a realidade de seu lugar social como o lugar da não-existência, o lugar daqueles que não possuem direitos”.

Apesar da centralidade da habitação, poucos direitos humanos têm sido tão frequentemente violados quanto o direito à moradia (OSÓRIO, 2004). No Brasil, aproximadamente 6,9 milhões de pessoas não têm acesso a uma moradia digna (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016), embora esse direito seja assegurado constitucionalmente (BRASIL, 1988). A falta de acesso à moradia adequada por grande parte da população é um fator presente desde o início do processo de urbanização brasileira (MARICATO, 1999). Esse processo é resultado do modelo de industrialização e desenvolvimento vigente nos países periféricos, cujo resultado é uma dinâmica de modernização que exclui e segrega territorialmente grande parcela da população (OSÓRIO, 2004).

Contrapondo à ideia de que as cidades brasileiras cresceram “sem planejamento”, Osório (2004) afirma que a urbanização no Brasil foi marcada por diversas reformas urbanas, obras de saneamento - tidas como solução para combater epidemias e higienizar espaços - e que expulsaram os pobres para áreas distantes do centro e sem infraestrutura. Concomitantemente, obras paisagísticas e de embelezamento foram implantadas nas áreas centrais de modo a favorecer a consolidação do mercado imobiliário capitalista que começava a surgir (OSÓRIO, 2004). Ou seja, os investimentos públicos nas infraestruturas urbanas concentraram-se nos bairros já providos de infraestrutura. Esse planejamento urbano predominantemente a serviço do capital e exercendo um papel central na produção contínua de desigualdades espaciais é o que Milton Santos (2003) chama de pobreza planejada.

As ocupações de edifícios e terrenos subutilizados têm se multiplicado nos últimos anos em resposta à ausência de uma política habitacional que responda às demandas das famílias de baixa renda (ROLNIK, 2018). A queda brusca do crescimento econômico, aliada ao avanço do neoliberalismo e a consequente retração de investimentos públicos em políticas sociais, têm tido resultados catastróficos em nossas cidades (MARICATO, 2013). Após o golpe parlamentar de 2016, a reorientação de políticas públicas para a recuperação das taxas ascendentes de lucro dos grandes investidores (LIMA, 2017; JESUS, LOPES, 2017) aliada a um histórico retrocesso na garantia dos direitos da classe trabalhadora têm agravado ainda mais a crise urbana e habitacional. Além da precarização dos serviços de educação, saúde e saneamento básico, deixados novamente à mercê do mercado, as políticas fiscais injustas,



decorrentes da má distribuição de renda, influenciam, diretamente, no aumento dos índices de pobreza, de desemprego, de desnutrição, de segregação e da violência (LIMA, 2017).

Em relação à agenda habitacional, o episódio do incêndio e queda do Edifício Wilton Paes de Almeida, que abrigava 150 famílias (CARTA CAPITAL, 2018) no centro de São Paulo (SP) é a representação da tragédia que configura o cenário atual de políticas públicas: além de se verem obrigadas a ocupar os prédios e terrenos vazios, as famílias - e movimentos sociais que lutam por moradia - são criminalizadas pelo Estado e pela mídia.

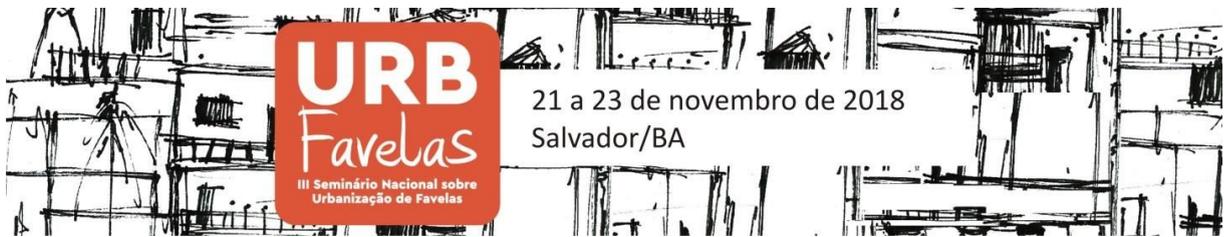
A mudança de foco do programa Minha Casa Minha Vida para priorizar segmentos da classe média em detrimento das camadas mais pobres é um exemplo do desmonte das - já insuficientes - políticas públicas habitacionais em andamento. Essa alteração possui como objetivo claro garantir a lucratividade dos empreendimentos às construtoras através do financiamento imobiliário da classe média e se distancia da resolução da questão do déficit habitacional.

As gestões municipais e estaduais ainda não conseguiram construir uma política de moradia associada a uma política urbana que ofereça soluções efetivas para quem não tem onde morar, segundo Raquel Rolnik (2018). Para a autora, as frágeis políticas de habitação que existem acabam alimentando a própria necessidade das ocupações, pois não são capazes nem de inserir as famílias no mercado formal de moradia - caso do auxílio moradia - nem de prover moradias dignas para a população.

Nos últimos anos a retomada da ação direta enquanto exercício da autonomia política para o avanço da luta urbana tem-se mostrado uma tarefa necessária a níveis globais, ainda que extremamente complexa (COELHO; GONÇALVES, 2017). Desde a ocupação da Praça Taskim, na Turquia, até a ocupação do Cais José Estelita, no Recife (PE), temos presenciado e participado da construção de possíveis caminhos para a transformação social, cultural e política nas cidades, destacando-se a necessidade de “avançar na construção de estratégias que estejam balizadas pela repolitização da vida e pela reativação dos movimentos sociais” (COELHO; GONÇALVES, 2017, p. 12).

Para Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012), os movimentos de moradia se consolidaram como atores centrais nas disputas urbanas, demonstrando uma grande capacidade de pressão e mobilização. Esses movimentos desenvolveram ao longo da experiência conflitiva um repertório de ações no qual se destacam como estratégias principais: a participação em espaços institucionais; a luta por moradia no centro; a construção de habitação por mutirão autogestionário; e, em especial, a ocupação de prédios e terrenos públicos.

Conforme Rizzatti (2015, p. 184), as ocupações urbanas se tornam cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil desde o início dos anos 1980. Trata-se da constituição de assentamentos urbanos formados a partir da ocupação coletiva e sem



consentimento de imóveis alheios vazios por famílias de baixa renda, para fins de moradia (LELIS, 2016). O processo inesgotável de resistência e luta das ocupações diante de parte do Estado e proprietários dos terrenos, gera uma série de conflitos que colocam as ocupações como “um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil hoje” (LELIS, 2016. p. 429)

Diferente das favelas, que gradativamente se instalam “irregularmente”, as ocupações urbanas nascem a partir da ocupação organizada da terra (MARICATO, 1999), sendo gerida por um movimento social ou pela própria auto-organização das famílias. Para André Dal’Bó (2013. p. 14), tanto o vazio urbano especulativo quanto as ocupações urbanas são “identificáveis e situados no contexto de acumulação dinâmica e inevitavelmente expansível territorialmente, sendo necessariamente um constitutivo do espaço e das cidades”. Seriam, conforme Harvey (2006), “tipos específicos de estruturas geográficas criadas pela a acumulação do capital”.

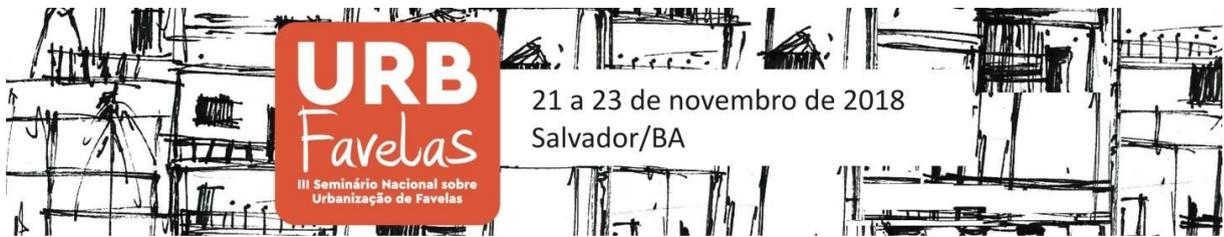
É importante dizer que, apesar do papel de resistência à cidade corporativa protagonizado pelas ocupações, estas são construídas dentro desse contexto de cidade e de urbanização, carregando várias de suas contradições, heterogeneidades e conflitos em seus processos constitutivos (LELIS, 2016).

A afirmação do direito à moradia digna, ao mesmo tempo em que reconhece uma carência coletiva, denúncia e aciona um campo de conflitos (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012). Esses conflitos se tornam mais explícitos nas disputas envolvendo a moradia no centro da cidade, devido ao forte interesse especulativo do mercado imobiliário.

2. DO PARADIGMA DA AUSÊNCIA PARA O PARADIGMA DA POTÊNCIA

As favelas e periferias são tratadas pelos discursos hegemônicos como “problemas” urbanos, espaços precarizados e ilegítimos e seus moradores são frequentemente tratados de forma exotificada, representando a “não civilização” (BARBOSA; SOUZA E SILVA, 2013; CARTA DA MARÉ, 2017). Na perspectiva das políticas públicas, os assentamentos populares são vistos como a expressão da “anti-cidade”, portanto um território a ser urbanizado. Para a construção desse discurso, “toma-se como significante aquilo que a periferia não seria em comparação a um modelo idealizado de cidade, baseado em padrões culturais e educativos colonizadores construídos, em geral, pelas parcelas mais enriquecidas da população” (CARTA DA MARÉ, 2017).

Para Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa (2013, p. 117), ambos professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e criados na Favela da Maré (Rio de Janeiro/RJ):



é decisivo compreender esses territórios em seu processo constitutivo e das diferenças que abrigam cada comunidade popular urbana. Aprecia-las em seu movimento de realização na cidade - combinando suas dimensões objetivas e subjetivas – nos permite reconhecer a complexidade, diversidade e conflitos da própria urbanização da sociedade brasileira.” (CARTE DA MARÉ, 2013, p. 117).

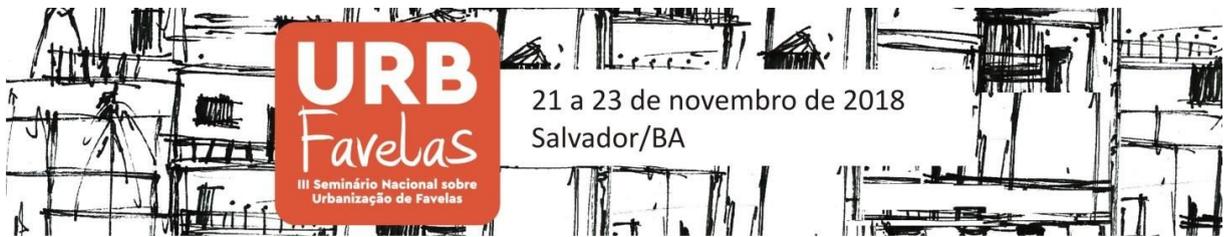
Sob essa perspectiva, movimentos sociais e coletivos ligados às periferias do Brasil lançaram o Manifesto das Periferias (CARTA DA MARÉ, 2017), reivindicando a desestigmatização dos espaços periféricos. Segundo o manifesto, o estigma existente sobre as periferias “orientam, muitas vezes, políticas públicas e investimentos sociais privados” contribuindo para reforçar processos de expropriação material e apropriação simbólica da população periférica. Esses processos fragilizam as estratégias coletivas construídas pelos grupos periféricos para exercerem o seu direito à cidade assim como destituem as identidades, inventividades, práticas e saberes ali produzidos.

Isso não é dizer que não é preciso reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas periferias, principalmente no que diz respeito aos índices elevados de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho; alta incidência de situações de violência nos espaços públicos; presença de relações desiguais de gênero que se traduzem em violências no cotidiano das mulheres; alta incidência de violência letal contra jovens, com forte recorte étnico e racial; índices de educação formal dos moradores abaixo da média do conjunto da cidade; e territórios marcados por processos de degradação e expropriação ambiental impostos por ações de entes públicos e privados. Porém, para o enfrentamento de tais dificuldades, é necessário reconhecer “o conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunicativos contra-hegemônicos e próprios de cada território” (CARTA DA MARÉ, 2017).

É nesse sentido que se pretende, neste trabalho, compreender o território em questão, a Ocupação Vila Soma (Sumaré, SP) a partir da concretude da sua morfologia; do reconhecimento das práticas estabelecidas por seus moradores e das condições objetivas de sua vida social, com o objetivo de contribuir na construção de referências possíveis do que é uma habitação digna, dotada das condições necessárias de urbanidade para o bem-estar e o bem-viver dessa população.

3. A OCUPAÇÃO VILA SOMA

A Ocupação Vila Soma está localizada em Sumaré (SP), Região Metropolitana de Campinas (RMC). A Ocupação se iniciou em junho de 2012 e abriga atualmente cerca de 11.000 habitantes em um terreno de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados. Por se situar próximo à região central de Sumaré (SP), o local concentra um grande interesse por parte do



mercado imobiliário, sendo palco de um intenso conflito fundiário. A ocupação vem se estabelecendo, durante seus 6 anos de luta, como um importante centro de resistência, atuando na luta pelo direito à moradia e à cidade e produzindo lógicas internas de organização social e espacial que promovem a formação de sujeitos políticos e de cidadania territorial (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017).

Para o encaminhamento em luta da regularização, é fundamental o entendimento sobre o território que se configura a Vila Soma, assim como seu contexto urbano. Para Milton Santos (2005) o território se constitui num conceito utilizável para análise, apenas quando considerados os atores que “dele se utilizam e fazem sua experiência concreta de ser no mundo”. (BARBOSA; SOUZA DA SILVA, 2013). Para Santos (2005), o território usado se “constituiria de um todo complexo, onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”. Nesse artigo, pretende-se realizar uma leitura na perspectiva do território usado, chamando atenção para os sujeitos sociais em suas práticas de construção do espaço e da vida. Para tanto, é necessário compreender os diversos aspectos que compõe a territorialidade da Ocupação Vila Soma: a relação das pessoas com o espaço, seus modos de morar, de usar os espaços públicos, de se relacionar umas com as outras, os trajetos, saberes e fazeres das pessoas que ali vivem. Em termos metodológicos, os dados e informações que deram suporte às análises provêm de textos acadêmicos, publicações em jornais, redes sociais, relatos dos agentes envolvidos, leis, audiências públicas, eventos acadêmicos e transcrições de entrevistas feitas por outros pesquisadores com moradores, ativistas e assessores e da Ocupação Vila Soma, além da observação da pesquisadora durante outras atividades realizadas na ocupação.

Dentro da rede de cidades da Região Metropolitana de Campinas, Sumaré assumiu um papel de periferia regional, destacando-se a presença de uma população de baixa renda, ainda que apresente alta participação na indústria da região (CANO; BRANDÃO, 2002). De acordo com Dal’Bó (2013, p. 76), a periferização e a segregação sócio-espacial são características da ocupação do município. Segundo Cano e Brandão (2002), a cidade de Sumaré se comporta como uma cidade-dormitório de Campinas. Existem regiões na cidade de Sumaré em que mais de 50% da população realiza movimento pendular dentro da RMC, ou seja, se desloca todos os dias para trabalhar em outras cidades da região. De acordo com Dal’Bó (2013) boa parte da habitação presente na cidade de Sumaré foi produzida por assentamentos populares, em geral não organizados, que ocuparam gradual e lentamente, sobretudo as áreas públicas de loteamentos ou áreas ambientalmente frágeis. A predominância de população de baixa renda, assim como a presença marcante de loteamentos irregulares permeados de vazios possuem origens históricas em Sumaré. Na segunda metade da década de 1980, surgiu, em Sumaré, o primeiro movimento de luta organizada por moradia, o Movimento dos Sem Casa de Sumaré, apoiado pela Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica. Como afirma Dal’Bó (2013), após o fracasso das ações iniciais do movimento, que buscavam a conscientização política da



população e articulação com a Prefeitura, o movimento opta por ocupar duas áreas vazias na cidade, assessorado pelo Laboratório de Habitação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

No começo da década de 1990, o setor industrial em Sumaré passou por um período de inflexão (CANO; BRANDÃO, 2002). Foi nesse período que a Soma Equipamentos Industriais entrou em processo de falência, deixando uma “volumosa dívida pública, trabalhista e privada” (SABINO, 2017, p. 66) e o terreno de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados, abandonado. A expansão da cidade de Sumaré criou um tecido urbano descontínuo, fragmentado e permeado de vazios urbanos que incorporam a valorização do mercado imobiliário. Segundo Cano e Brandão (2002, p. 174) a faixa restante entre o espaço urbano e a região de proteção de mananciais próxima às áreas centrais se encontra em processo de valorização, sendo visado por projetos de loteamentos residenciais de alto e médio padrão. É justamente nessa porção de terra que se encontra a Ocupação Vila Soma.

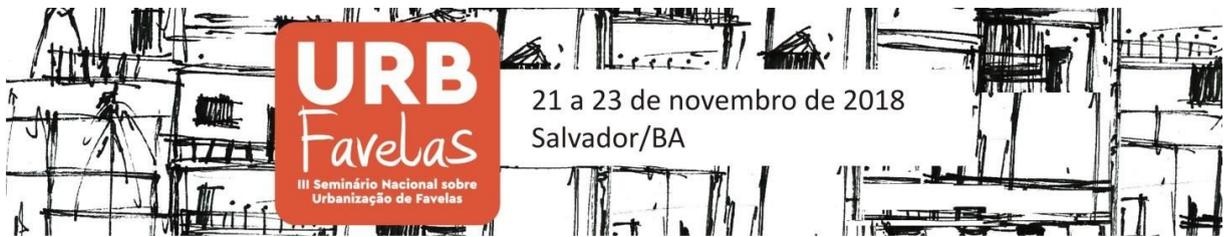
3.1. CRONOLOGIA DO ESPAÇO AUTO-PRODUZIDO

Para Sandercock (2005), as histórias são entendidas como importantes instrumentos na prática do planejamento urbano, pois se revelam fundamentais como “modos de conhecer a cidade”. Essas narrativas são fundamentais na constituição da realidade urbana uma vez que afetam “escolhas e modos de agir nos processos, como catalizadores de mudanças, como base para a formulação de políticas, na pedagogia, nas explicações, das análises críticas”. Segundo o autor (SANDERCOCK, 2005):

Se quisermos encaminhar para uma política de inclusão, então precisamos começar por uma compreensão sólida dos efeitos excludentes das práticas e das ideologias do planejamento passado [...] desenvolver um novo tipo de educação multicultural [...] familiaridade com múltiplas histórias das comunidades urbanas e as múltiplas histórias dos recém chegados, especialmente quando elas se cruzam com lutas por posse de espaço e lugar, com políticas de planejamento e resistências a elas, com tradições de planejamento nativas e com questões de afinidade, identidade e diferenças

A partir desse entendimento, procurou-se construir uma narrativa da Ocupação Vila Soma, a partir dos relatos de seus moradores. Segundo relatos dos primeiros moradores, a ocupação se iniciou com a chegada de cerca de 200 famílias no terreno vazio, no dia 30 de junho de 2012. Apesar de algumas dessas famílias serem oriundas de outras ocupações urbanas na região (SILVA; GARCIA; PASTI, 2017), a Vila Soma não se originou de um movimento social pré-organizado, mas a partir de uma movimentação orgânica dos primeiros ocupantes.

Contudo, o momento de ocupação da Vila Soma não foi espontâneo, mas foi organizado e planejado pelas famílias de maneira autônoma, que tomaram como inspiração a Ocupação



Zumbi dos Palmares (SABINO, 2017). Conforme lideranças da ocupação, os primeiros ocupantes, cerca de 200 famílias, vieram da região do Picerno, periferia de Sumaré. Nos primeiros meses de ocupação, centenas de famílias vieram a ocupação de diversas partes e cidades: Sumaré (proveniência dos bairros Maria Antônia, São Judas), de Hortolândia (famílias da antiga ocupação Dandara e do Jardim Amanda) e de Campinas (Região do Campo Belo). Essas famílias, que arcavam com o ônus de excessivo de aluguel, moradia “de favor”, habitavam favelas, ou, em alguns casos, se encontravam em situação de rua, vieram ao antigo terreno da fábrica Soma buscando uma solução habitacional (SABINO, 2017; SILVA; GARCIA; PASTI, 2017).

No primeiro ano de ocupação, a Vila Soma permaneceu isolada politicamente, ainda sem formação de uma rede de apoio de qualquer tipo. Devido a essa ausência de um movimento social organizado, os moradores ficaram sujeitos a uma “coordenação autoproclamada e que cometia diferentes abusos, como a cobrança de taxas coercivamente”. As famílias se viram exploradas por algumas poucas pessoas que “dificultavam a organização de uma efetiva resistência e enfrentamento em conjunto” (SABINO, 2017, p. 70). Na segunda metade de 2013, as famílias, extremamente desconfiadas das práticas da coordenação, começaram a se organizar em grupos paralelos e se aproximar de apoios externos, como o militante do Partido dos Trabalhadores, Willian Souza e o advogado Alexandre Mandl, que até hoje representa a Vila Soma juridicamente. A partir de então, diversas manifestações são organizadas na cidade pelas famílias, buscando dar visibilidade a sua luta e resistir à ameaça de reintegração de posse, presente desde o início da ocupação (SABINO, 2017). Em 2015 o conflito em torno da Vila Soma é intensificado, com a proximidade do risco de remoção e aumento da opressão policial com os ocupantes. Esse também é o período de fortalecimento da resistência da Vila Soma, que passou a reorganizar sua luta política e suas estratégias de articulação em rede. A ocupação passou a tomar suas decisões de forma ascendente, com a eleição de uma nova coordenação e a participação coletiva dos seus moradores em assembleias. Cada uma das 38 ruas passou a ter uma pessoa responsável por reunir, debater, propor e procurar as melhores soluções para a rua, chamados de “líderes de rua”. Nesse período a rede de apoio da ocupação se consolida, sendo integrada por diversos coletivos, militantes e movimentos sociais. É importante destacar o papel que passa a ter o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) na organização política da Ocupação.

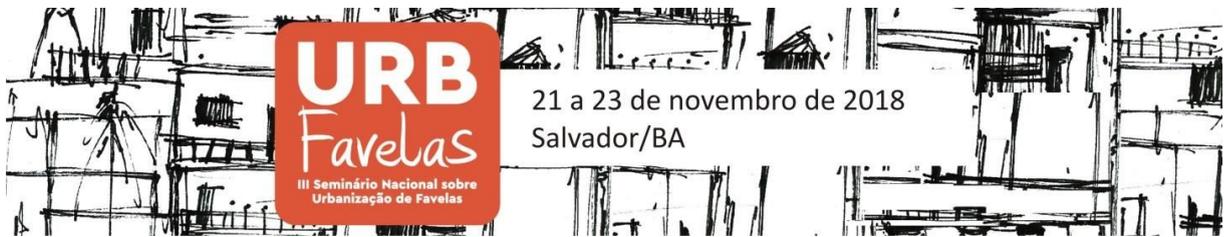


Apesar de não participar do preparo da ocupação, o MTST apadrinha a Vila Soma e esta passa a fazer parte do espectro de luta do movimento. [...] A aproximação com um grupo organizado de luta por moradia, que possui um arcabouço estratégico de resistências em múltiplas ocupações pelo país, constitui numa importante guinada em direção à mobilização e consolidação organizativa. Não significa que o MTST passa a coordenar de fora para dentro, mas passa a contribuir com a nova coordenação eleita. (SABINO, 2017, p. 75)

Diante da renúncia da prefeitura em buscar a regularização fundiária, a Vila Soma se organizou buscando outras soluções. Entre o fim de 2015 e meados de 2016, a ocupação teve aprovação de projetos de realocação tanto de financiamento pelo PMCMV quanto pela Casa Paulista. Após escolher entre terrenos particulares apontados pela própria Prefeitura, concretizou e entregou projetos, chegando a fechar acordo com construtora. A oportunidade era de proporcionar moradia fixa para a população da Vila Soma com a destinação do terreno para leilão, o que saldaria parcialmente as dívidas da massa falida. A chance foi desperdiçada por nítida falta de vontade política do poder executivo municipal que se negou a emitir “documentação obrigatória (diretrizes municipais e das concessionárias, que estão proibidas por ela de emitirem seus pareceres) para a execução do empreendimento pelas famílias, afrontando diretamente a lei de uso e ocupação do solo da cidade, que determina prazos para sua emissão” (USINA CTAH, 2016). A permanência das famílias na resistência, mesmo após esse caso, ganhou novos ânimos, uma vez que “a cada dificuldade percebeu-se um aumento da conexão entre as pessoas e aquele subespaço”. (SABINO, 2017 p. 87)

Em janeiro de 2016, a reintegração de posse, requerida pelo Ministério Público, foi suspensa pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), três dias antes de seu cumprimento, através de liminar emitida pelo então Ministro Ricardo Lewandowski. Além da assessoria jurídica, a Defensoria Pública desenvolveu importante papel nesse processo, apontando, por meio de Ação Cautelar, o risco da violação de diversos direitos dos moradores caso a reintegração fosse cumprida — incluindo o direito à integridade física e à vida. A conquista reflete as ações de resistência e luta desenvolvidas pela Ocupação Vila Soma e coletivos aliados nessa trajetória. A partir dessa data, apesar das questões jurídicas não estarem integralmente sanadas, ocorreu um redirecionamento da energia da população, não mais concentrando-se exclusivamente em evitar um despejo, mas também em conquistar melhorias efetivas para a vida dentro da ocupação (SABINO, 2017).

A ocupação conseguiu um aumento do número de ônibus escolares para atendimento às crianças, colocação de lixeiras onde antes havia lixo a céu aberto e o início da numeração de casas e cadastramento sistemático das famílias. O grande desafio atual da ocupação é manter coesa a luta coletiva, no sentido de conseguir de fato a permanência e regularização da área.



De acordo com uma das lideranças:

O risco é muita gente achar que com o cadastro agora a relação é com a Prefeitura, não mais com a coordenação. Muita gente já tá achando isso. O risco é desarticular. As reuniões aqui, assembleia, são importantes para não desmobilizar (...) Individualmente ninguém consegue nada. Tudo foi coletivo (...) Até que tenha um documento falando, olha aqui, você assina aqui, isso é seu (SABINO, 2017, p. 86).

3.2 USOS DO TERRITÓRIO E CONTRA-RACIONALIDADES NA OCUPAÇÃO VILA SOMA

Para Rizzatti e Silva (2017, p. 214), as ocupações urbanas “conformam ações com grande potencial de contra-racionalidades”. Essas contra-racionalidades seriam as racionalidades alternativas de se produzir o espaço urbano, seja na viabilização de infraestruturas urbanas, de edificações, abertura de vias de circulação, comércio, trabalho, lazer, segurança, comunicação, sociabilidade, entre outros. De acordo com Milton Santos (2002, p. 126):

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais „opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos.

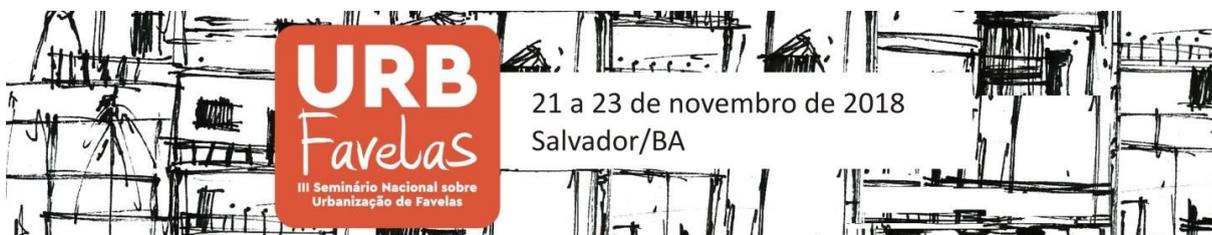
Pretende-se, a seguir, compreender as contra-racionalidades produzidas na construção do espaço pelos moradores da Ocupação Vila Soma.

3.3 MODOS DE MORAR E URBANIZAÇÃO

Ainda que hoje grande parte das moradias da Vila Soma seja construída de tijolo cerâmico, existe uma parcela de casas de madeira. Como relata uma das lideranças:

Deixando claro que não tinha nada ganho, fomos incentivando as pessoas consolidar, construir em alvenaria desde 2015, daí aumentou, hoje tem muito pouco barraco. (SABINO, 2017, p. 89)

Em geral, as residências de cerâmica não possuem acabamento e pintura, diferentemente dos comércios, que quase sempre tem sua fachada rebocada e pintada. Embora alguns dos lotes sejam facilmente identificáveis, estando separados um do outro por baixos muros de tijolo ou cercas de madeira, existem quadras onde a divisão dos lotes não é distinguível. Existe ainda uma diferença grande entre espaçamento entre uma construção e outra, às vezes dentro de uma mesma quadra. A morfologia da malha urbana da Vila Soma se destaca por sua ortogonalidade, como apresentado na fig. 1. O desenho viário e a delimitação dos lotes na



Vila Soma foram pensadas pelos primeiros moradores como forma de facilitar sua permanência na área.

No começo era mais barracos aqui, mas já se falava pra deixar o recuo, não invadir a área da rua, não abrir mais rua de qualquer jeito. (SABINO, 2017, p. 89)



Fig. 1 Imagem área Ocupação Vila Soma em 27/08/2017

Fonte: Google Earth

A Vila Soma é conformada por 38 ruas, cada uma possuindo um líder de rua. Segundo Sabino (2017), cerca de 80% dessas lideranças são mulheres. Como aponta o Manifesto das Periferias (2017), observa-se o “forte protagonismo feminino em questões fundamentais como propagação de saberes ancestrais, condução de ações educativas, políticas, culturais e econômicas”.

Em relação aos serviços públicos, a ocupação não conta atualmente com abastecimento de água, sendo essa fornecida por caminhões pipa - que cobram quase cinco vezes o valor da água encanada. Isso faz com que os moradores criem diversas maneiras de recolher e armazenar água da chuva. A energia elétrica é obtida pelos moradores irregularmente - a partir de “gatos” - uma vez que a empresa responsável pelo abastecimento elétrico se nega a realizar o serviço na área. Contudo, as ligações clandestinas foram engenhosamente pensadas e instaladas, como conta uma das lideranças:



Desde o começo 3 pessoas eram responsáveis pela energia elétrica e aí foi aumentando a estrutura. Eles cotavam poste, transformadores, passavam pras pessoas o quanto cada um tinha que pagar pra comprar. Todo mundo se juntava e pagava e eles instalavam quase de graça, foi começando a puxar. (SABINO, 2017, p. 97)

O arruamento, ainda que com limites bem definidos em sua maior parte, não é asfaltado. As ruas de terra são uma das maiores reclamações da população, que sofre preconceito dos demais moradores de Sumaré por andarem com os sapatos “sujos de lama”. Conforme conta uma das lideranças, em uma escola frequentada por crianças da Vila Soma, a Direção solicitou que essas crianças levassem dois pares de sapatos: um para usar no caminho, e outro para que trocassem ao entrar a escola, evitando “sujar” a área escolar.

3.4 TRABALHO, COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

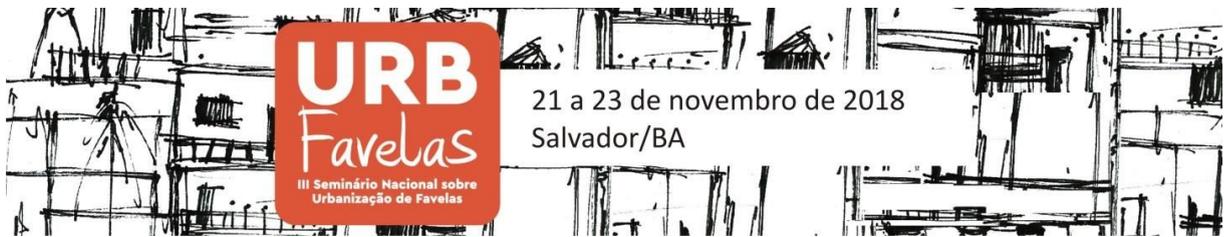
A maioria dos trabalhadores da Vila Soma exercem funções de diaristas, seguranças privados, profissionais de limpeza, construção civil, atendentes de comércio, em geral trabalhos informais ou temporários. Esse fator ressalta a extrema importância da localização da ocupação, próxima ao centro e de fácil acesso a outras cidades da RMC. Na Vila Soma existem hoje cerca de 70 postos de comércio. São bares, lanchonetes, brechós, lan house, cabeleireiros, salões de beleza, academias, mercearias, pequenos mercados, oficinas de conserto de automóveis, materiais de construção, entre outros. Um dos moradores comenta sobre a função dos comércios:

Os comércios são importantes para a ocupação, o povo consome aqui, quase não precisa sair pra comprar nada. Só falta aqui banco e farmácia. Para farmácia já arrumamos um espaço. (SABINO, 2017, p. 100)

Além disso, as áreas livres de muitos lotes são utilizadas para plantar alimentos, em geral mandioca, banana, e verduras. Como aponta Canettieri (2017, p. 35):

Além da necessidade básica e emergencial do morar, que as ocupações oferecem considerável recomposição do salário dos trabalhadores. [...] as pessoas têm a chance de disporem de espaços para criação de produtos hortigranjeiros, abatendo, assim, mais um gasto dentre os demais

Alguns moradores da Vila Soma se organizaram na criação de empreendimentos de economia solidária, como forma de se sustentar. A horta comunitária criada pelo casal Maria e Aziel da Silva, é um exemplo, oferecendo legumes e verduras acessíveis para a população. Conforme conta Aziel:



Como a mata estava desmatada e o povo estava usando parte como lixão, cortando as árvores, a gente inventou esse projeto pra Vila Soma. [...] A gente está plantando cada vez mais e aumentando. Isso faz bem para a população, porque são meios orgânicos, não tem adubo, não tem produto químico. (PACÍFICO, 2016)

Existem também alguns equipamentos comunitários criados para suprir suas demandas. É o caso da Biblioteca da ocupação, das duas quadras - utilizadas especialmente em jogos de futebol - do prédio da Coordenação, da horta comunitária e do Cursinho Popular. Em relação a espaços religiosos, tem-se aproximadamente 22 igrejas evangélicas, uma igreja católica, um centro de estudos bíblicos e um terreiro (SABINO, 2017). Esses comércios, empreendimentos e espaços religiosos, demonstram o vínculo existente entre a comunidade e o lugar, revelando a importância da permanência da população nesse local.

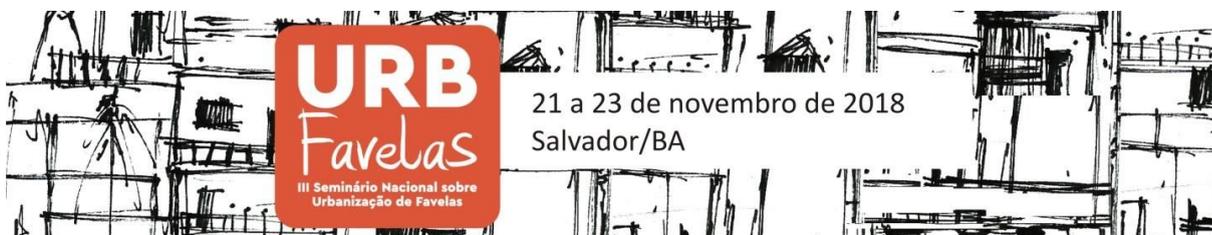
3.5. NORMAS DA VIDA COLETIVA

Desde início da ocupação, foram decididas, vertical ou horizontalmente, várias normas em relação ao espaço: desde evitar aberturas desenfreadas de ruas até coibir o uso de terrenos e casas como mercadorias. Essa diretriz resultou no confisco de algumas unidades, sendo legitimado pelos moradores, que estavam vazias ou destinadas a aluguel. Essas unidades foram em seguida atribuídas a outras famílias ou coletivos parceiros da ocupação. Esse é o caso, por exemplo, do Cursinho Popular da Vila Soma, que ocupa uma unidade confiscada que foi cedida às Brigadas Populares.

3.6 USOS DA RUA E CULTURA

Andando pela Vila Soma, observa-se um grande número de ciclistas, variando entre todas as idades. Também é comum observar grupos de crianças brincando nas ruas, em diferentes períodos do dia. Apesar de todos os problemas que envolvem as ruas de terra, nesse sentido, existe um lado positivo: a velocidade dos carros nunca é alta, oferecendo mais segurança para as crianças e pedestres. Por não haver iluminação pública, a única fonte de iluminação no período noturno, na maioria das ruas, vem do interior de bares e botecos. Esses, em geral, foram construídos mais próximos às vias do que as residências. Durante as visitas feitas a esses locais, notou-se o predomínio de clientes do sexo masculino, enquanto do outro lado do balcão, atendendo os clientes, frequentemente estão mulheres.

Geralmente nesses bares pode-se escutar algum gênero de música, a maioria das vezes, brasileira: variantes de forró, sertanejo, pagode, arrocha e, em especial, o funk. O funk também é tocado frequentemente nas residências, e carros dentro da Vila Soma. Porém, o espaço do funk não se limita ao espaço de lazer das famílias, o gênero musical nascido nas favelas do Rio de Janeiro também está presente nos espaços de luta da Ocupação. Como



apontam Silva, Garcia e Pasti (2017), dentre os gritos de guerra mais ouvidos nos atos políticos realizados pela Vila Soma, destaca-se a letra de funk de autoria do MC Rd, morador da Ocupação, como um exemplo de apropriação de um movimento cultural marginalizado (LOPES; SILVA; FACINA, 2014, p. 1-2) para o reconhecimento da pauta de luta dos moradores, também marginalizados.

A Ocupação Vila Soma também tem sido espaço de diversas manifestações artísticas e culturais, como realização de festas comunitárias, aulas de esportes e danças, mostras artísticas, apresentações de teatro e grafite.



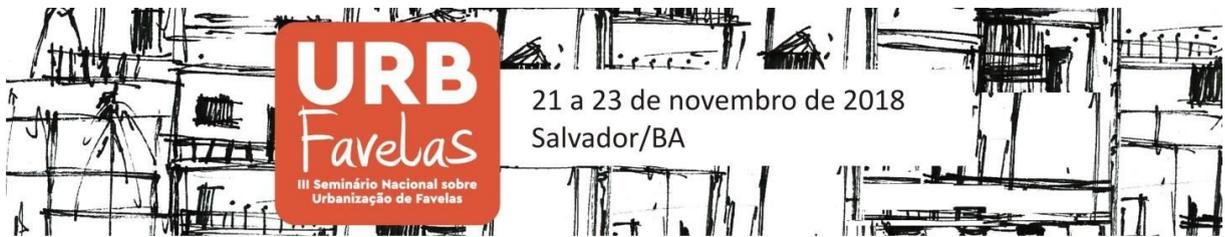
Fig 2 e 3 – Imagens da Ocupação Vila Soma - Sumaré

Fonte: Coordenação da Vila Soma; Antonio José Scarpinetti

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias foram as tentativas para a reintegração de posse na área da Ocupação da Vila Soma, em um árduo trabalho de resistência e luta dos moradores com o Tribunal de Justiça de São Paulo e apoio da Defensoria Pública de São Paulo. Em maio de 2016, os moradores e apoiadores da Vila Soma publicaram manifesto reivindicando que a solução habitacional da ocupação seja efetivada através da regularização fundiária da área (COORDENAÇÃO DA VILA SOMA, 2016) após a Defensoria Pública de São Paulo obter a decisão de suspensão à desocupação.

Para Santos (2007, p. 86), o quadro da cultura popular – identificado na Vila Soma - é marcado por relações profundas entre as pessoas e seu meio. Essas manifestações culturais contribuem no fortalecimento da luta da Vila Soma em diversos sentidos, como aponta Lilian Vaz (2007, p. 32). Economicamente, se transformam em atividades geradoras de renda e valorização da produção local. Em termos sociais, contribuem para o fortalecimento de uma identidade local e da auto-estima dos indivíduos. Em relação ao espaço urbano, as ações culturais e sociais contribuem na alteração das representações de espaços tradicionalmente



estigmatizados, podendo conduzir à “legitimação e à formulação de outros sentidos daquele lugar” (VAZ, 2007, p. 34).

Como demonstrado, a Vila Soma é um lugar potente, construído histórica e socialmente a partir de sua própria racionalidade, onde se espera a garantia e o reconhecimento da sua permanência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA E SILVA, Jailson de. **Favelas como territórios de reinvenção da cidade**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANETTIERI, Thiago. **O debate sobre as ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição**. Revista e-metropolis. n. 29, ano 9, jun. 2017. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/219/original/emetropolis29_art3.pdf?1499539999>. Acesso em abr. 2018.

CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos Antônio (Org). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

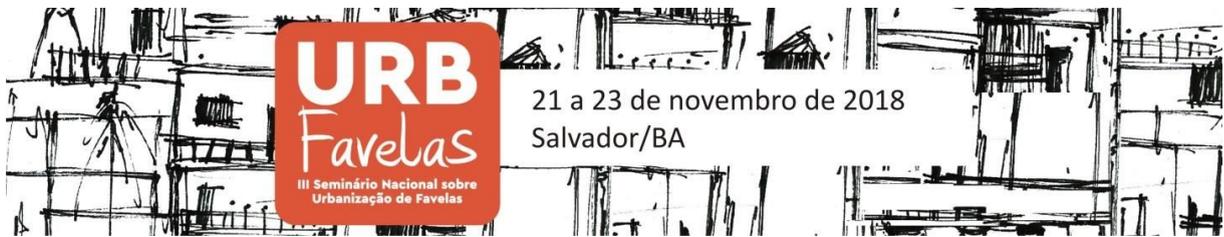
CARTA CAPITAL (Redação). **Após incêndio, prédio ocupado no centro de São Paulo desaba**. 01/05/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-incendio-predio-ocupado-no-centro-de-sao-paulo-desaba>>. Acesso em: mai. 2018.

CARTA DA MARÉ. **Manifesto das periferias: as periferias e seu lugar na cidade**. 2017. Disponível em: <<https://fundacaotidesetubal.org.br/midia/2483.pdf>>. Acesso em: mai. 2018

COELHO, Polyana Pereira; GONÇALVES, Raquel Garcia. **Ocupar a cidade, as ruas, as praças e os espaços: os limites da institucionalidade e as possibilidades da ação direta**. In. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). 2017. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.4/ST%209.4-04.pdf>. Acesso em mai. 2018.

COORDENAÇÃO DA VILA SOMA. **Manifesto pela urbanização e regularização fundiária da Ocupação Vila Soma**. Sumaré, 2016.

DAGNINO, Evelina. **On becoming a citizen: the history of Dona Marlene**. In: BENMAYOR;



SKOTNES. Migration and identity. Oxford: Oxford University Press, 1994.

DAL'BÓ, André. **Luta social e a produção da cidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos. 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte. 2016.

HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

LELIS, Natália. **Ocupações urbanas: poética territorial da política**. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (Online), Recife, v. 18, n. 3, P.428-444, set.-dez. 2016.

LIMA, Flávio Ribeiro de. **Brasil de Temer: o bolo e a cereja para os ricos e as migalhas para a classe trabalhadora**. Revista Percurso. Maringá (SP), v. 9, n.2. 2017.

LOPES, Adriana, SILVA, Daniel; FACINA, Adriana. **Letramentos de ruptura: as escritas do funk carioca**. Anais do V Colóquio Letramento e Cultura Escrita. Belo Horizonte: CEALE/UFMG, v. 1. p.1-9, 2014.

JESUS, Júlio César Lopes de; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. **As ações do governo Temer e suas implicações para as políticas de previdência e assistência social: o que está por vir?** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e desenvolvimento urbano: desafio da próxima década**. [online]. 1999. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_habitacaodesafiodecada.pdf>. Acesso em fev. 2018.

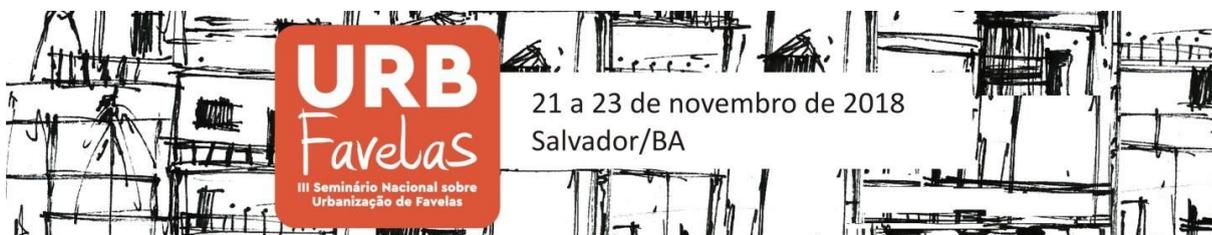
MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In. VAINER, Carlos (Org.). Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, SP: Boitempo: Carta Maior, 2013.

OSÓRIO, Leticia. **Direito à moradia no Brasil**. Fórum Nacional da Reforma Urbana. 2004. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em mai. 2018.

PACÍFICO, Fernando. **Sustento e cidadania: voluntários da Vila Soma desenvolvem a ocupação**. Portal G1. 09/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/10/sustento-e-cidadania-voluntarios-da-vila-soma-desenvolvem-ocupacao.html>>. Acesso em: abr. 2018.

PATERNIANI, Stella. **Morar e viver na luta: movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2016.

RIZZATTI, Helena. **As maiores ocupações urbanas da cidade de Campinas-SP: resistências e permanência**. Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 183-204, jul-dez 2015.



RIZZATTI, Helena; SILVA, Adriana Bernardes. **Cidades e contra-racionalidades:** ocupações urbanas em Campinas/SP (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo). Revista Ra'ega. Curitiba, v.40, ago. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Raquel Rolnik: 'A política habitacional no Brasil é uma verdadeira tragédia'**. Huffpost Brasil [online] Entrevista concedida a HuffPost Brasil. 2 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/05/02/raquel-rolnik-a-politica-habitacional-no-brasil-e-umaverdadeira-tragedia_a_23425552/>. Acesso em: mai. 2018.

SABINO, Anderson Cordeiro. **Ocupar e resistir na Metrópole Campineira:** o caso da Vila Soma - Sumaré (SP). Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

SANDERCOCK, Leonie. **Debatendo o preconceito:** a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. In: Cadernos IPPUR, ano XIX, n. 1 e 2, jan-dez 2005, pp. 289-315.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial.** São Paulo, SP: Edusp, 2003.

Santos, Milton. **O retorno do território.** In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo, SP: Edusp, 2007.

SILVA, Antonio Douglas Campos da; GARCIA, Isadora; PASTI, André. **Ocupação Vila Soma (Sumaré/SP):** resistência à cidade corporativa e luta pela cidadania territorial. Boletim Campineiro de Geografia, v. 7, n. 2. 2017. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/359>>

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar:** sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opin. Pública. 2012, vol.18, n.2, p.399-426. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007&lng=en&nrm=iso> . Acesso em fev. 2017.

USINA CTAH. **Nota sobre a situação da Vila Soma:** a luta de classes na cidade. 13/01/2016 Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/blog/nota-sobre-a-situacao-da-vila-soma-a-luta-de-classes-na-cidade1>>. Acesso em abr. 2018.



VAZ, Lilian Fessler. **Ações culturais em favelas cariocas:** notas preliminares. Cadernos PPGAU/FAUFBA. Universidade Federal da Bahia. Ano 5, número especial. 2007.